Acta Scientiarum 22(1):223-233, 2000.
ISSN 1415-6814.

Sobre história, polícia e grande imprensa: reflexões a partir de representações da polícia paulista

Eda Maria Góes

Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, R. Roberto Simonsen, 305, 19.060-900, Presidente Prudente-São Paulo, Brazil.

RESUMO. Procuramos discutir neste artigo as possibilidades de contribuição ao entendimento da atuação da polícia brasileira, utilizando-se como fonte de pesquisa a grande imprensa. Dedicando atenção especial às implicações da atuação do historiador no trabalho com essa temática contemporânea, apresentaremos os resultados obtidos a partir do estudo de um período específico da história da metrópole paulista: janeiro/83 - dezembro/85.

Palavras-chave: polícia, grande imprensa, representações.

ABSTRACT. History, police and mainstream press: reflections on São Paulo city police representations. Using mainstream press as source, the possibilities of contributing to the understanding of the Brazilian police action are discussed in this article. Giving particular attention to the historian's role in this contemporary theme, the results of a survey on a specific historical period, January/83 through December/85, of São Paulo City are reported and discussed.

Key words: police, mainstream press, representations.

O papel integrante desempenhado pela violência ao longo de toda a história do Brasil tem sido alvo da reflexão acadêmica brasileira. Sociólogos, antropólogos, psicólogos e historiadores vêm discutindo diferentes aspectos da questão, dentre os quais destaca-se o papel central desempenhado pela compreensão das práticas das agências de controle social. Nesse contexto, a polícia tem sido um dos alvos privilegiados.

A matriz explicativa para o caráter violento da polícia brasileira encontra-se na história brasileira. Garantindo poderosos estímulos à violência policial, temos elementos presentes desde os primórdios da história do Brasil: o extermínio das populações indígenas, o passado colonial e escravista, a trajetória política e social caracterizada pela forte exclusão de segmentos significativos da população. Tudo isso permeado pelo uso recorrente da violência, tanto pelas elites, na opressão dos despossuídos, como também nas relações interpessoais, notadamente entre essa população despossuída, que não dispõe de outros canais para a solução de conflitos.

Nas duas últimas décadas vem aumentando o número de trabalhos dedicados ao estudo da instituição policial brasileira. Essa periodização, longe de ser casual, vincula-se diretamente à história política do Brasil, uma vez que o longo processo de superação da Ditadura Militar, iniciado nos anos 70, caracterizou-se não apenas pelo fim da censura, como também pela extensão do interesse de entidades civis, inicialmente dedicadas à defesa dos direitos humanos de presos políticos, muitos dos quais oriundos das classes médias urbanas, para os presos comuns, sobretudo pobres. Nesse contexto de *ebulição política* é que se constituiu um novo objeto de interesse das ciências humanas: a polícia brasileira.

Um dos trabalhos precursores foi publicado por Fernandes (1974) ainda na década de 70, consistindo numa história da polícia paulista em seus primórdios, escrita de um ponto de vista organizacional. No final da década de 1970, Pinheiro publicou seu artigo *Violência do Estado e classes populares* (1979), que teria em comum com o trabalho de Fernandes, além do caráter precursor, o entendimento de que a polícia é, em sua essência, um agente de dominação. Como indica o próprio título desse trabalho, a polícia foi estudada no âmbito da história das classes populares e do movimento operário.

Posteriormente, a partir de pesquisas coletivas desenvolvidas junto ao Núcleo de Estudos da

Violência, da USP (NEV), que ajudou a fundar, Pinheiro dedicou-se a uma abordagem mais específica desse objeto, sobretudo à sua atuação a partir da Ditadura Militar. Nesse período, teria havido um aperfeiçoamento dos métodos violentos da polícia, bem como uma ampliação e militarização do seu aparato repressivo.

Recentemente, outros pesquisadores, como M. Bretas (1997), E. Cancelli (1993) e T. H. Holloway (1997), começaram a esmiuçar as relações entre policiais e cidadãos envolvidos nas ocorrências policiais, em períodos históricos específicos.

Bretas (1997) tem sugerido que o ponto de vista dominante, responsável pela vinculação da história da polícia à história das classes populares, não conseguiu apreender a complexidade das relações que se constroem cotidianamente, a partir de necessidades objetivas, tanto dos policiais, no desempenho das suas funções, quanto dos grupos sociais que são vítimas da sua repressão mas que, contraditoriamente, reivindicam cada vez mais a sua presença. Estudando a polícia na cidade do Rio de Janeiro, entre 1889 e 1930, esse autor inovou ao reconhecer a importância da autonomia adquirida pela polícia, tanto em sua intervenção cotidiana no tecido social, quanto na atuação política dos seus policiais em defesa de privilégios e atribuições da instituição policial. Trata-se da emergência de um novo ator social.

Mas ao priorizar a atuação cotidiana dos policiais na sociedade, ou seja, a sua experiência cotidiana, Bretas negligenciou o papel que a polícia continua a desempenhar na defesa dos interesses das elites e, portanto, do embate político que permeia a sua atuação. Ao encobrir o aspecto da dominação, acabou por escamotear as continuidades e as permanências que caracterizam as práticas policiais ao longo da história do Brasil, cujas evidências estão presentes, ainda que sem destaque, nos seus próprios trabalhos: uma polícia violenta e arbitrária, que assustava o cidadão comum e não despertava confiança nas classes médias, que começavam a conquistar espaço na cidade. Atentando para as muitas transformações sociais, políticas e econômicas que caracterizaram esse período, Bretas procurou enfatizar as difíceis adaptações por que os policiais tiveram que passar, o que não chega a desqualificar a sua caracterização, acima apontada, tão semelhante aos outros períodos já investigados sobre esse tema.

Holloway também estudou a polícia do Rio de Janeiro, mas num período anterior, entre o fim da primeira e o início da última década do século XIX, portanto num contexto marcado pela presença dos escravos no espaço urbano da então capital federal, para os quais os diferentes corpos policiais recentemente criados dirigiam sua atenção prioritária. Sua análise pautou-se na relação dialética entre repressão e resistência, referenciada na concepção do controle social. A despeito das inúmeras mudanças ocorridas durante o período estudado, tanto no âmbito sociopolítico, quanto no nível da instituição policial, a violência cotidiana, a hostilidade da população, as arbitrariedades, a corrupção e os conflitos entre diferentes corpos policiais estão fartamente documentados no seu trabalho.

No mesmo sentido, quando Cancelli estudou a polícia na *era Vargas* (1993), não foram apontados indícios que descaracterizassem os traços gerais de violência e arbitrariedade, a despeito da maior ênfase na repressão política, semelhante, em certos aspectos, à Ditadura Militar inaugurada em 1964.

A polícia brasileira pós - Ditadura Militar

Durante a Ditadura Militar implantada no Brasil na década de 60, as antigas forças públicas estaduais foram aparelhadas para defender o governo e as elites contra manifestações populares de descontentamento. Implementou-se, então, o processo de militarização dessas forças públicas, iniciado em 1906, com a vinda da Missão Francesa, que culminou no final da década de 60 com a entrada dessas forças já transformadas em polícias militares na guerrilha urbana contra o então *inimigo interno* - os grupos ligados a posições políticas de esquerda.

Em 1969, o decreto-lei nº. 667 centralizou no governo federal o controle dessas polícias militares, sob a coordenação direta do Exército. Tal manobra permitiu uma agilização na ofensiva contra os grupos de esquerda, notadamente contra a guerrilha urbana, embora, como nos lembra Pinheiro, essas "técnicas de confronto militar do dissenso precederam à luta armada" (Pinheiro, 1982).

Essa centralização também permitiu que as forças armadas pudessem ser poupadas de uma exposição pública mais violenta através de intervenções diretas nos centros urbanos, além de confundir o que, até então, o regime republicano vinha mantendo separados: a repressão política e a repressão comum (de combate ao crime) (Pinheiro, 1982).

Foi nesse contexto que a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) foi criada em 15 de outubro de 1970, como esquadrão especial do 1º. Batalhão de Choque da Polícia Militar, embora já existisse na prática desde o início de 1969, atuando contra os assaltos praticados com objetivos políticos, sendo

então denominada *Ronda dos Bancos*. Nessa época, seus integrantes colaboraram em diversas operações com órgãos de repressão política, como o Departamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa (Doi - Codi) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

A emenda constitucional de 3 de abril de 1977 conferiu uma aparente legitimidade à essa escalada de violência, atribuindo *status* militar aos policiais, submetidos a partir de então ao Código Penal Militar. Isso significou que os policiais só seriam julgados por seus pares de corporação, ou seja, sua impunidade estava garantida, como o noticiário da imprensa demonstra.

No Brasil, a superação da ditadura deu-se através de um lento processo que não logrou proceder ao restabelecimento dessas barreiras entre a repressão à criminalidade comum e à criminalidade política, como seria apropriado a um sistema democrático.

Como o regime autoritário exprime uma visão estável da história, atribuída ao domínio irresistível do Estado sobre a sociedade, nele a atuação da polícia não pode conviver com qualquer ameaça a essa estabilidade forçada. Em conseqüência, o uso arbitrário e violento da autoridade discricionária torna-se a regra (Pinheiro, 1982). Essa matriz do padrão de comportamento da polícia paulista na década de 1980 é um dos elementos a serem considerados na discussão acerca da manutenção de tais padrões num estado que se pretendia democrático.

A polícia paulista

No Estado de São Paulo, o trabalho policial é executado por duas organizações distintas, a Polícia Militar e a Polícia Civil. A primeira deve evitar a ocorrência de crimes, executando o chamado *policiamento preventivo* ou *ostensivo*, para o qual deve utilizar fardamento próprio, enquanto a segunda deve encarregar-se da repressão ao criminoso, depois da prática do crime e antes do seu julgamento pela Justiça (Mingardi, 1992).

A despeito dessas diferenças operacionais, utilizamos o conceito de *instituição policial*, em seu caráter global, como principal elemento de controle e repressão ao crime, sendo, portanto, guardiã por excelência da segurança pública, de acordo com a legislação em vigor.

Tanto a garantia da segurança pública quanto a complementaridade prevista e necessária entre as duas organizações policiais estão muito distantes de serem realidades concretas no cotidiano da instituição policial, permanecendo apenas como realidades ideais. No primeiro caso, em função da difusão da violência pela qual a polícia é freqüentemente responsável e das práticas criminosas atribuídas aos seus membros e, no segundo caso, pelos inúmeros confrontos entre as duas organizações, ambos fartamente registrados pela fonte utilizada nesta pesquisa.

Mas o senso comum pouco conhece dessas distinções entre Polícia Militar e Polícia Civil e atribui sempre às duas a responsabilidade por supostos aumentos na criminalidade (Mingardi, 1992), do mesmo modo que os meios de comunicação de massa em nada contribuem para essa compreensão.

Utilizando a grande imprensa paulista (jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*) como fonte para o estudo da violência policial, percebemos que, a despeito da limitação quanto ao fenômeno global da violência policial, o conjunto de crimes policiais noticiados é revelador da sua heterogeneidade, incluindo desde extorsão e abuso de autoridade, violências domésticas, passando por roubos e envolvimento com quadrilhas, até casos de tortura, espancamentos e mortes *em serviço* (ou não), em alegado confronto (ou não).

Consideramos ainda que os crimes policias noticiados, em seu conjunto, representam mais uma das várias possibilidades de aproximação, e nada além disso, em termos estatísticos, do número de crimes praticados por policiais. Nesse sentido, as estatísticas oficiais, fornecidas pela instituição policial, representariam uma outra possibilidade aproximativa.

Paixão (1983) já mostrou que as estatísticas oficiais sobre crimes, de modo geral, "revelam mais dos padrões estruturais de comportamento da própria instituição que da real incidência de crimes". Os crimes noticiados, em seu conjunto, representariam, então, uma amostragem acessível à população, ou a parcelas dela, dos crimes efetivamente cometidos por policiais e, em decorrência, uma aproximação em relação à atuação da instituição policial. Desse modo, procuramos evitar as estratégias utilizadas pela polícia, e seguidas pela imprensa, detectadas por Fernandes, de culpabilizar os indivíduos, preservando-se a instituição policial (Fernandes, 1989).

Também consideramos que mortes causadas por policiais são sempre crimes de homicídio, previstos pelo Código Penal no capítulo de *Crimes contra a vida*, ainda que atenuantes possam ser considerados. Desse modo, sempre questionamos as opiniões, emitidas pelos jornais pesquisados, de que essas mortes sejam apenas *acidentes de trabalho*, inerentes à própria rotina policial. Do mesmo modo, todas as

opiniões publicadas que demonstraram complacência diante da morte de *marginais* (supostos ou comprovados), reservando a indignação e o clamor por punição apenas para os casos em que os mortos eram comprovadamente trabalhadores, também foram questionadas.

Assim, todos os casos em que a imprensa forneceu fortes indícios da participação de policiais em *execuções* foram considerados como crimes policiais. Isso se deve tanto à impossibilidade de acompanharmos o desenrolar de cada processo na Justiça, através das fontes consultadas, quanto a outros fatores como a morosidade da Justiça, disputas entre a Justiça *comum* e a Justiça Militar no julgamento de cada caso. Essas dificuldades são ainda maiores quando atua a Justiça Militar, pelo reconhecido corporativismo que impede apurações de efetivas responsabilidades e punições. Em todos os casos, a identidade dos envolvidos foi preservada.

Dentre os muitos casos de mortes causados por policiais, destacaram-se, no noticiário, aquelas praticadas pela Rota, cuja atuação foi muito discutida, sobretudo em 1983.

Violência policial em São Paulo

Em 20 de agosto e em 15 de setembro de 1997, respectivamente, a *Folha de S. Paulo* publicou, na seção *Tendências e Debates*, dois artigos assinados que versavam sobre o caráter centenário das Polícias Militares brasileiras.

O primeiro, assinado por José Murilo de Carvalho, foi suscitado pelo argumento utilizado pelo ministro da Justiça, Íris Resende, na defesa das Polícias Militares contra qualquer proposta de transformação, a partir da premissa de que se trata de um *instituição centenária*. Recorrendo a citações de Rui Barbosa, datadas do final do século XIX, esse historiador mostrou como a violência, a perseguição aos pobres, a corrupção e outras práticas ilegais já caracterizavam essas instituições há cem anos. A partir das observações indignadas de Rui Barbosa, Carvalho concluiu que:

> *..., se em cem anos elas não mudaram, a conclusão deveria ser exatamente o oposto da que aparece no raciocínio ministerial.*

O segundo artigo, assinado pelo tenente-coronel da Polícia Militar, Paulo Regis Salgado, utilizou-se do mesmo mote do primeiro, mas dirigiu-se ao artigo de Carvalho, procurando neutralizar sua argumentação. Recorreu ao artifício típico da corporação policial de reduzir as práticas violentas, discriminatórias e ilícitas à exceção, ou seja, ao elemento desviante, cuja extirpação garantiria a preservação da instituição policial. A partir dessa argumentação, farta de exemplos de *bons policiais* famosos, defendeu o caráter intocável da Polícia Militar, ao admitir apenas a possibilidade do seu aperfeiçoamento, *jamais o (seu) desmantelamento*.

Quando esses artigos foram publicados, a sociedade brasileira participava de mais um vigoroso debate sobre a polícia, impulsionado por uma série de denúncias graves a respeito do comportamento de seus membros. Coincidentemente, nesses meses nós nos encontrávamos na fase final desta pesquisa sobre o período compreendido entre janeiro de 1983 e março de 1985, que tinha em comum com a conjuntura atual, o debate sobre a polícia, embora com motivações diversas.

Ao comparar nossos resultados com aqueles produzidos por pesquisas sobre a polícia em outros períodos da história do Brasil (Bretas, 1997; Cancelli, 1993; Munhoz, 1997; Pinheiro, 1982), nossas conclusões apontaram no mesmo sentido daquelas sugeridas pelo artigo escrito por Carvalho.

A reflexão histórica acerca da instituição policial, numa conjuntura caracterizada pelo seu questionamento, ressalta o necessário compromisso político dos pesquisadores envolvidos com essa questão: ao produzir conhecimentos, nesse caso, conclusões sobre as práticas policiais, firmemente ancoradas no conhecimento histórico, dotados, portanto, de certa credibilidade, fornecem elementos ou *munição* a uma disputa política cujos resultados podem ser decisivos para a vida social e política do Brasil atual. Reforçam-se, assim, duas das características inerentes aos pesquisadores envolvidos com a história imediata: a proximidade em relação aos valores, ou traços culturais, partilhados pelos sujeitos da trama estudada, e o caráter de intervenção contido nos resultados do seu trabalho.

Os dois artigos citados são exemplares tanto no que se refere à disputa de poder que estava em curso, quanto ao forte e inegável conteúdo político dessa discussão, mesmo quando produzida dentro dos marcos da história acadêmica. Também é significativo que o papel da história nesse debate tenha sido recuperado por um especialista, que demonstra consciência das implicações dos conhecimentos nela alicerçados.

Retornando ainda uma vez aos artigos mencionados, também consideramos significativo o fato de que o único a articular uma contraposição ao artigo do historiador tenha sido um membro da corporação policial militar, cujo forte sentido corporativo - defensivo também é largamente conhecido. Além disso, esse fato reafirma a

importância da constituição da polícia como sujeito histórico, com atuação decisiva na defesa dos seus interesses.

Assim, a despeito do caráter exemplar, o discurso do tenente-coronel forneceu apenas uma pequena amostra do papel desempenhado pelos policiais na impermeabilidade das polícias às críticas e na preservação do seu caráter intocável. Confirmam-se, desse modo, as análises mais recentes que têm apontado para a complexidade que envolve as práticas policiais, para além das interpretações que limitavam a sua compreensão a um instrumento das elites.

Ao estudar a disputa política que permeava o debate travado sobre a questão policial no início da década de 80, no Estado de São Paulo, atentamos para o importante papel desempenhado pela grande imprensa, através da análise dos discursos da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo,* cujo foco principal de interesse foi sempre a violência policial. Inicialmente, levantamos e analisamos 42 notícias publicadas pelo *O Estado de S. Paulo* e 106 publicadas pela *Folha de S. Paulo* durante o ano de 1983, sobre crimes praticados por policiais, envolvendo mortes ou não.

Os Gráficos 1 e 2, a seguir, favorecem a comparação entre as notícias envolvendo mortes e os outros crimes cometidos por policiais.

Em primeiro lugar, cabe comentar o alto número de crimes (sem mortes) registrados pelos dois jornais, que incluíam desde acusações de roubo, extorsão, abuso de autoridade, tortura, violências em ambiente doméstico e até seqüestro, não se restringindo a ações praticadas em supostos confrontos.

A freqüência dessas práticas deve ser relacionada à garantia de impunidade dada aos policiais pelos decretos baixados durante o Regime Militar. Assim, pela mesma *brecha* por onde passaram execuções sumárias, sempre acobertadas pela própria instituição policial, quando não premiadas com promoções, também procuravam passagem esses *crimes menores*.

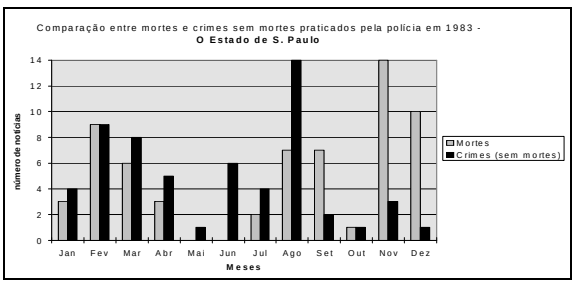

Gráfico 1

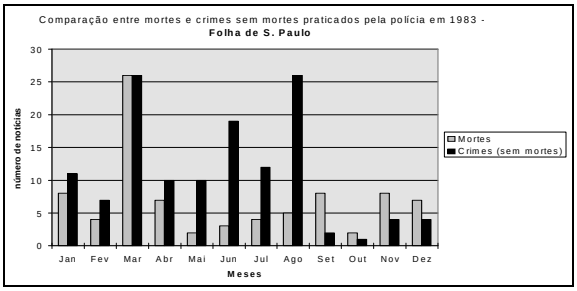

Gráfico 2

Observação: Não foram computadas, neste momento, notícias referentes a crimes cometidos por policiais em duas situações específicas - repressão a saques e quebra-quebras e repressão a motins penitenciários - que foram objetos de outros artigos.

Além disso, a freqüência com que a imprensa registrou violências praticadas por policiais em ambientes domésticos contra familiares, ou durante as folgas, em bares, por exemplo, apontam para a possibilidade de que essa experiência institucional estimule o desenvolvimento de personalidades violentas. Ou serão apenas reafirmações da própria origem popular desses policiais que, durante as folgas, recorrem às mesmas práticas de seus vizinhos na solução dos conflitos pessoais? Mesmo neste caso, o peso de sua *função* seria determinante pela presença de armas de fogo por ela facilitada.

Os Gráficos 3 e 4, a seguir, comparam o número de notícias, de cada um desses dois tipos, publicadas pela *Folha* e pelo *Estadão*, em 1983.

Em função da especificidade da fonte aqui utilizada (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*), seria enganoso vincular a variação do número de crimes noticiados praticados por policiais a um dado real, quer dos crimes efetivamente praticados, quer daqueles registrados nos distritos policiais. O acompanhamento desse noticiário indica que o número de notícias varia de acordo com o seu circunstancial envolvimento com a temática em questão.

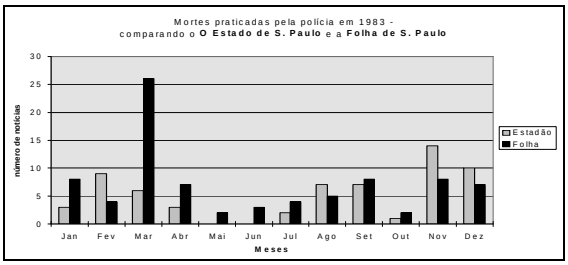

Gráfico 3

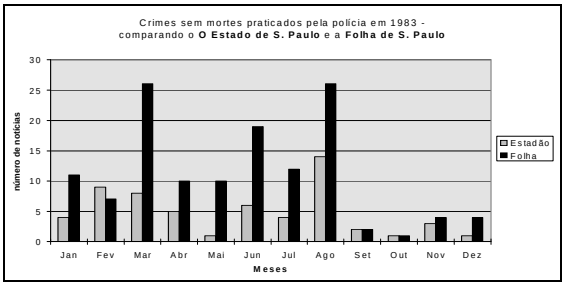

Gráfico 4

Assim, o maior volume de notícias envolvendo violência policial (com e sem mortes) publicado pela *Folha*, no mês de março, por exemplo, deve vincular-se ao grande envolvimento deste jornal no debate sobre as mudanças na polícia, cuja expectativa devia-se à iminente posse do novo governo. Do mesmo modo, o grande número de notícias publicadas pelo jornal, sobretudo, no mês de agosto, relacionava-se ao acompanhamento de uma série de denúncias de casos de tortura e mortes praticados por policiais.

Através da publicação sistemática de notícias cotidianas sobre cada um desses casos, a *Folha* procurava comprovar sua tese, defendida em editoriais, de que os esforços para uma reforma efetiva da polícia haviam sido abandonados pelo então Secretário de Segurança, Manoel Pedro Pimentel, e precisavam ser retomados.

Evidenciava-se uma das práticas adotadas com freqüência pelos dois jornais, que consistia na atuação como *instrumento de utilidade pública*, cuja eficiência eles próprios encarregavam-se de comprovar, convertendo suas páginas, por essa estratégia, em instrumento de autopromoção.

Durante o mês de junho de 1983, por exemplo, o aumento do número de notícias sobre crimes (sem mortes) cometidos por policiais noticiadas pelo E*stadão* deveu-se às notícias cotidianas, a partir do dia cinco, sobre o envolvimento de um delegado de polícia e de vários policiais no seqüestro de um empresário. Além de fornecer os convencionais detalhes sobre o seqüestro e o seqüestrado, o jornal dedicou especial atenção à prisão dos policiais envolvidos e às denúncias sobre eventuais regalias desfrutadas graças ao seu vínculo institucional, procurando desempenhar aqui o papel de *guardião da justiça* e cobrando respostas imediatas as suas denúncias (*OESP*, 5.6.83, 7.6.83, 8.6.83, 21.6.83, 6.7.83). Embora tratando-se de um caso de inversão total do papel da polícia, seu discurso mais indignado acabou sendo empregado quando, por interferência de outros policiais, os fotógrafos do *Estadão* tiveram dificuldades de fotografar os policiais acusados, sobretudo o delegado:

> *Retrato do seqüestrador. Foto do bandido ainda proibida.* (OESP, 8.6.83)

Fornecendo interessante exemplo dos diferentes critérios empregados na seleção das notícias, bem como do espaço dedicado a cada uma delas, a *Folha* deu ao referido seqüestro com envolvimento de policiais um espaço menor e esporádico. Diferenciando-se do *Estadão*, o discurso utilizado nessas notícias caracterizou-se pela *neutralidade* (*FSP*, 5.6.83, 18.6.83, 30.6.83).

Em contrapartida, durante o período de maio a agosto de 1983, a *Folha* empenhou-se no acompanhamento de diversos casos de denúncias de crimes praticados pela polícia, com ou sem mortes, e de envolvimento de policiais em grupos de extermínio. As fotos foram amplamente utilizadas nessas coberturas que também mereceram destaques em primeira página, sobretudo quando as denúncias envolveram violência contra crianças, mulheres e *menores* (como a grande imprensa costuma chamar os jovens pobres que ainda não completaram 18 anos). A oscilação no número de fotos publicadas também é representativa das variações circunstanciais no nível de envolvimento dos jornais com os temas pesquisados, como demonstram as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1. Fotos publicadas pelo *O Estado de S. Paulo,* em 1983

Meses	Fotos 1ª. página	Fotos - outras páginas	Total
Janeiro	0	05	05
Fevereiro	0	03	03
Março	02	20	22
Abril	18	45	63
Maio	02	11	13
Junho	08	20	28
Julho	01	03	04
Agosto	01	09	10
Setembro	0	14	14
Outubro	03	18	21
Novembro	01	17	18
Dezembro	01	06	07
Total	37	171	208

Tabela 2. Fotos publicadas pela *Folha de S. Paulo,* em 1983

Meses	Fotos 1ª. página	Fotos - outras páginas	Total
Janeiro	11	21	32
Fevereiro	0	06	06
Março	07	26	33
Abril	06	42	48
Maio	07	24	31
Junho	08	23	31
Julho	06	23	29
Agosto	02	11	13
Setembro	03	25	28
Outubro	03	26	29
Novembro	04	17	21
Dezembro	03	06	09
Total	60	250	310

Entre o final de abril e o mês de maio de 1983, foram publicadas três longas matérias sobre o

envolvimento de policiais em grupos de extermínio de *menores* atuantes na zona sul de São Paulo. Nesses casos, a *Folha* compensou a publicação de títulos e textos escritos, exploradores do caráter sensacionalista dos fatos noticiados, com a utilização de recursos que amenizassem o impacto de algumas das fotos publicadas, principalmente em primeira página.

Em 5 de julho de 1983, foi o assassinato de uma criança de dez anos, por um policial militar, que apareceu na primeira página da *Folha.* Desta vez, os recursos plásticos e icônicos utilizados na grande foto publicada na parte inferior da página objetivavam a criação de um clima lúgubre e opressivo, atestador da própria disposição do jornal frente ao fato noticiado.

Mas notícias circunstanciais ou esporádicas também encontraram espaço nesse noticiário, como foi o caso daquelas que envolveram confrontos entre policiais civis e militares. Tanto dessas notícias, como de cada uma das outras 3.120 analisadas (1.246 de *O Estado de S. Paulo* e 1.874 da *Folha de São Paulo)*, procuramos extrair as seguintes informações: 1. descrição da(s) vítima(s); 2. motivação alegada pela polícia; 3. bairro da ocorrência e 4. forma da morte ou tipo de violência.

A partir dessas informações elaboramos a Tabela 3:

Tabela 3. Mortos pela polícia - janeiro de 1983 a março de 1985

Descrição das vítimas	Folha de S. Paulo			O Estado de S. Paulo		
	1983	1984	1985	1983	1984	1985
Genéricos (indivíduos ou marginais)	1	0	0	13	11	3
Trabalhadores (estudantes inclusive)	19	8	6	13	1	0
Grupos marginalizados especificados (favelados, menores, deficientes físicos e mentais)	8	10	2	1	3	1
Criminosos (traficantes, ladrões, assaltantes e chefes de quadrilha)	8	16	1	28	47	8
Criminosos institucionalizados (com passagens pela polícia ou com penas já cumpridas)	10	6	0	9	1	2
Desconhecidos (não identificados)	8	31	4	5	13	5
Mulheres	1	1	0	0	1	0
Outros (nome e idade, apenas)	18	27	5	7	6	3
Total de notícias analisadas	73	99	18	76	83	22

Na tabela, em primeiro lugar, chama a atenção o alto índice de *trabalhadores* presentes entre os mortos, sobretudo em 1983, o que parece reforçar a extrema fragilidade da barreira até hoje existente entre as chamadas *classes trabalhadoras* e as *classes perigosas*, na cidade de São Paulo.

Além disso, interpretamos a valorização de informações acerca da eventual profissão dessas vítimas por parte dos dois jornais, como um esforço de valorização das barreiras que separam o *mundo do trabalho* do *mundo do crime*. Isso implicava que os membros do *mundo do trabalho* tivessem a sua morte lamentada, em contraposição à banalização da morte dos outros. A lógica policial, porém, parecia ignorar tais distinções.

Quando há fortes indícios de que as vítimas são inocentes, despertando a atenção e a indignação da própria imprensa, processos são efetivamente desencadeados pela justiça. Quando paira sobre a vítima qualquer sombra de envolvimento em um delito, parece haver um consentimento incentivado pela polícia e pela imprensa na sua morte. Nestes últimos casos, majoritários, o tratamento dado às mortes não ultrapassa os formalismos legais. Essa matriz explicativa complementa a assertiva proposta por Tavares dos Santos (1997), que identifica a violência como fundadora de uma sociedade dividida, atingindo mais determinados grupos sociais do que outros.

Nesse mesmo sentido, da *lógica policial*, é que assinalamos nossa segunda conclusão: a partir do alto número de mortos *não identificados* ou *desconhecidos*, ainda que divulgado apenas pela *Folha*, concluímos que a prática de *atirar primeiro e perguntar depois* continuava sendo parte constitutiva desta lógica nefasta aplicada sobretudo nos bairros populares e favelas.

Desse modo, os espaços comuns de convivência entre trabalhadores e marginais, claramente demarcados pela polícia, ajudam-nos a entender a aparente indiferenciação entre os dois grupos, vítimas preferenciais da violência policial. Reforçava-se assim, de forma radical, o caráter excludente da estrutura social brasileira, através das mortes praticadas pela polícia, à medida que as vítimas apontadas não eram apenas supostos criminosos, mas também favelados, *menores*, e mesmo deficientes físicos e mentais.

Buscando problematizar a ausência de notícias sobre pessoas não-identificadas mortas pela polícia, nas páginas do *Estadão*, confrontamos esse dado com o primeiro tópico da Tabela 3, segundo o qual as denominações de *indivíduos* (mais raras) e de *marginais* (mais usuais) para as vítimas da polícia foram mais encontradas nas notícias publicadas por esse jornal.

Associados entre si e tendo como pano de fundo a informação geral de que o *Estadão* dedicou menos espaço tanto às notícias quanto aos debates relativos à questão da violência, esses dados parecem indicar tanto um descaso em relação a essas vítimas sumariamente caracterizadas como marginais, ao menos se comparado à atitude da *Folha*, neste período, como um desinteresse particular em relação aos mortos não-identificados, cuja morte não

mereceria, portanto, sequer um registro nas suas páginas.

As outras informações encontradas nessas notícias, acima mencionadas, vieram confirmar as estatísticas gerais já existentes sobre as principais vítimas da violência na cidade de São Paulo: são homens jovens, de até 30 anos, residentes em bairros periféricos e em favelas, sobretudo nas zonas sul e leste, seguidas pela zona norte. De acordo com as estatísticas fornecidas pela instituição policial sobre mortos em supostos confrontos, aqui consideradas como mais uma das possíveis aproximações das mortes de fato praticadas pela polícia, os dados foram os seguintes:

Tabela 4. Mortos em confrontos

Ano	PM	Civis
1982	26	286
1983	45	328
1984	47	481
1985	33	584
1986	7	89

Fonte: Fernandes, H. R. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(2): p.133, 1989.

Quanto à motivação alegada, foram recorrentes as referências do noticiário a confrontos, que em geral se teriam seguido a reações violentas a uma abordagem por parte de uma viatura policial, cujo desfecho seria, invariavelmente, a morte a caminho do hospital.

Desse modo, de acordo com a versão policial, publicada pela imprensa e confirmada pelas estatísticas policiais, cada um desses supostos confrontos seria caracterizado por uma nova demonstração da superioridade da polícia em relação ao *mundo do crime*, a despeito das armas de fogo estarem presentes, ainda segundo a versão policial, dos dois lados.

Além disso, embora fracassem constantemente nessa tarefa, os policiais cumpririam sua obrigação, de caráter humanitário, procurando socorrer as vítimas, levando-as a um hospital. A despeito das evidentes dúvidas despertadas por essas notícias, julgamos que a limitação imposta pela fonte priorizada nesta pesquisa impede um maior aprofundamento dessa questão.

Retomando nossa estratégia de análise que procura valorizar o papel do discurso gráfico dos jornais na discussão acerca da violência policial na grande imprensa paulista, procuramos observar o papel desempenhado pelos títulos de cada matéria, seja ela uma notícia, uma matéria analítica ou um editorial.

Com esse objetivo, destacamos inicialmente as informações apresentadas aos leitores nesses títulos, a partir das quais elaboramos a Tabela 5:

Tabela 5. Informações sobre as mortes causadas pela polícia, contidas nos títulos das notícias publicadas em 1983

Informações	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
Mortos pela Rota	7	6
Menores mortos	3	2
Jovens mortos	5	1
Mortos na periferia	10	3
Assassinato	4	3
Fuzilamento	2	0
Execução	3	0
Chacina	1	0
Afogamento	1	0
Tiros (ou tiroteio)	5	1
Tortura	2	0
Mortes acidentais (erro de alvo e tiro perdido)	3	1
Mortos (genérico)	28	13
Total de títulos analisados	49	19

Observação: os números da tabela não indicam valores absolutos, de mortos por exemplo, mas apenas o número de vezes que cada jornal se referiu às mortes de cada maneira.

De acordo com a concepção de discurso gráfico, entendido nesse texto como ordenador da percepção do leitor através da diagramação empregada pelo jornal, consideramos que os títulos são o primeiro objeto específico dessa percepção, e mesmo o único, no caso de muitos leitores *apressados*. Com base nesta concepção, podemos afirmar, a partir da tabela acima, que algumas informações gerais sobre a violência policial e sobre suas vítimas preferenciais estão ao alcance mesmo desses leitores, mesmo apresentadas sempre de forma atomizada, como é típico da imprensa. O papel da Rota, por exemplo, foi fartamente documentado nesses títulos.

Os 31 títulos do *Estadão* e os 40 da *Folha*, que empregaram a expressão genérica *mortes*, revelaram, em geral, um sutil descomprometimento frente às duvidosas versões apresentadas pela polícia, limitando-se, nesses casos majoritários, a constatar as mortes, sem atribuir responsabilidades. Em contrapartida, expressões contundentes como *fuzilamento*, *homicídio*, *tortura*, *execução*, *chacina* e *assassinato*, utilizadas para caracterizar ações policiais que decorreram em mortes, ainda que esporadicamente empregadas, ajudaram a atribuir à questão a sua devida gravidade.

A presença do tópico *mortes acidentais*, por sua vez, atesta o uso descontrolado e excessivo de armas de fogo pelos policiais, embora, formas consideradas *mais primitivas* e *selvagens*, por envolverem um contato mais imediato com o corpo da vítima, também não tenham sido abandonados, comparecendo nos tópicos *tortura* e mesmo *afogamento*.

A este respeito, em sua *História da Tortura*, Peters (1985) nos lembra que o traço comum presente nas diferentes definições apresentadas por advogados e historiadores sobre a tortura é justamente "o de tormento infligido por uma autoridade pública com fins ostensivamente públicos", e acrescenta que o

próprio ressurgimento da tortura, no século XIX, estava diretamente relacionado ao crescimento de uma polícia do Estado.

Ainda sobre o discurso dos jornais e suas estratégias, no contato com o conjunto desses títulos, notamos diferenças demarcáveis entre aqueles que se caracterizaram por adiantar informações aos leitores, e os outros, mais genéricos:

> *Motorista acusado de assassinato é morto por policiais* (FSP, 1.1.83).
> *Policiais Militares matam 3 homens que assaltaram um bar* (FSP, 1.2.83).
> *Rota vinga a morte de dois policiais* (OESP, 12.2.83).

Nesses três exemplos, o leitor já teve um contato prévio com alguns dos elementos que compuseram a notícia, tais como informações sobre vítimas, motivação presumida para a ação policial e mesmo características da atuação policial, como o corporativismo defensivo exacerbado.

Além disso, sugeriram certa lógica que podia refletir tanto a própria *lógica policial*, como o ponto de vista do jornal sobre a questão, e mesmo coincidências entre ambos. Nos três exemplos mencionados, tal lógica apareceu como justificativa para as mortes: acusações de assassinato, agravadas por referências à morte de policiais, e assalto. Comparando os dois jornais, percebemos que esses títulos, mais informativos, foram mais freqüentes na *Folha de S. Paulo*, enquanto títulos genéricos foram abundantes no *O Estado de S. Paulo,* como os exemplos seguintes:

> *Rota mata desconhecido* (OESP, 2.1.83).
> *Ladrão morto* (OESP, 20.7.83).
> *Policiais matam dois em tiroteio* (FSP, 13.4.83).

Num primeiro momento, essa diferenciação sugere que o *Estadão* assumiu perante os seus leitores uma postura mais neutra e mais diferenciada em relação à chamada *imprensa marrom*, enquanto a *Folha* procurou despertar com mais freqüência reações de solidariedade, indignação ou mesmo de conivência, em seus leitores, como nos próximos exemplos:

> *Mãe chama a polícia, Rota mata seu filho (FSP, 2.3.83).*
> *Policial assaltado mata um e fere outro (FSP, 10.3.83).*
> *Policiais da Rota matam um favelado* (FSP, *25.3.83).*
> *Jovem morto em assalto sonhava ser engenheiro* (FSP, *18.7.83).*
> *A ROTA volta a disparar e mata cinco* (FSP, *18.2.84).*
> *Delegado depõe sobre a morte de três rapazes* (FSP, *26.7.84).*
> *Morre escriturário baleado por PMs* (FSP, *21.1.85).*

Mas o acompanhamento desses títulos ao longo do período estudado aponta que a aparente diferenciação era circunstancial, não podendo ser generalizada, ou interpretada como indicador de determinada concepção defendida pelos jornais. A neutralidade inicial do *Estadão* foi abandonada no final de 1983, para dar lugar a manchetes que desnudavam posições aparentemente indefensáveis, porém, circunstancialmente defendidas:

> *Polícia mata ladrão, traficante, assassino.*
> *Polícia ataca - Dois morrem e três fogem* (OESP, 8.11.81).
> *Polícia venceu - Tiroteio deixa três mortos* (OESP, 11.11.83).
> *Polícia chega a tempo de matar um* (OESP, 12.11.83).
> *Soldado mata outro menino* (OESP, 15.12.83).

O caráter letal da instituição policial, colocado em prática por seus policiais, à revelia dos direitos básicos previstos na legislação, atingindo inclusive crianças, foi assumido nestes títulos com uma crueza próxima das páginas policiais da chamada *imprensa marrom* e com alguns dos seus recursos típicos.

Durante o ano de 1984 e os três primeiros meses de 1985, muitas matérias continuaram a ser publicadas sobre crimes cometidos por policiais, embora entre os meses de junho e setembro a instituição de controle social mais focalizada tenha sido a prisão.

As representações da polícia que resultaram do acompanhamento do noticiário desses jornais nesse período apresentaram algumas diferenças importantes. Enquanto a *Folha* continuou a mesclar crimes violentos cometidos *em serviço* ou não, na rua e dentro dos distritos policiais, até crimes que não envolveram necessariamente práticas violentas (extorsão, roubo de veículos, receptação de objetos roubados, envolvimento com quadrilhas, etc.), o *Estadão* passou a priorizar os crimes que não envolveram violência.

O dois Gráficos seguintes 5 e 6, comparando crimes com mortes e crimes sem mortes, praticados por policiais, em 1984, tornam-se mais significativos se comparados com os gráficos feitos para o ano de 1983. Evidencia-se, desse modo, a tendência de *O Estado de S. Paulo* de divulgar mais os crimes sem mortes, enquanto a *Folha de S. Paulo* enfatiza o inverso, resultando, assim, em leituras diversas de uma mesma realidade e, simultaneamente, em representações diferentes de uma mesma instituição policial.

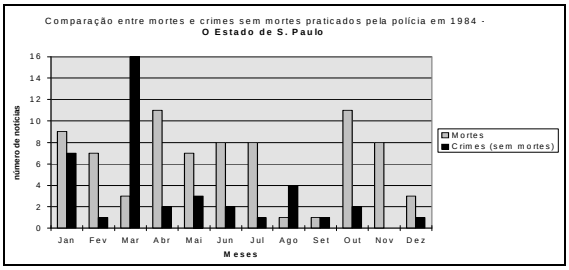

Gráfico 5

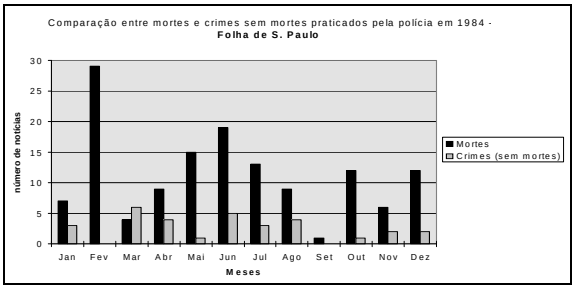

Gráfico 6

Considerações finais

Procuramos, neste trabalho, estudar as formas como a grande imprensa se apropria de um objeto específico - a violência policial - e o representa, reorganizando-o de acordo com suas vinculações político-econômicas e com seus interesses mercadológicos.

Estudando um período curto e recente da história da cidade de São Paulo (janeiro de 1983 a março de 1985), inscrevemos nossa pesquisa no rol da chamada *história imediata*, que tem, entre suas características fundamentais, a identificação dos meios de comunicação de massa como seus *veículos* e seus *lugares privilegiados* (Lacouture, 1990). Delineia-se, assim, a importância da relação entre saber e poder nas sociedades atuais, particularmente determinante quando se trata de estudar suas representações. Isso se deve à velocidade e à penetração dos meios de comunicação de massa, que conferem às representações sociais um dinamismo inusitado, embora, como observa Madeira, o caráter processual seja inerente ao próprio conceito de representação (Madeira, 1991).

Nesse sentido, ao atuar como sujeitos históricos, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* refletem em suas páginas, através de textos escritos e fotografias, a ambigüidade que caracteriza a instituição policial, à medida que reproduzem os interesses das elites empenhadas na utilização da polícia na defesa de seus interesses, mas também produzem uma mercadoria - o jornal - que precisa ser vendida a anunciantes e leitores. Contrariando impressões iniciais que sugerem uma representação única, elaborada pela *Folha*, e outra, elaborada pelo *Estadão*, encontramos representações múltiplas nas suas páginas, ainda que não totalmente diferentes, resultantes da constatada ambigüidade.

Na disputa por diferentes segmentos do mercado, essas empresas jornalísticas empregam recursos variados, como a contratação de jornalistas e outros colaboradores renomados, cuja liberdade de expressão é garantida, o significativo espaço reservado aos grupos econômicos que as sustentam através de anúncios, mas também dedicando espaço a determinados segmentos organizados da sociedade. Indícios das suas representações sobre a polícia foram encontrados nas páginas dos dois jornais:

- dos próprios policiais: auto-representados como heróis, constantemente expostos ao perigo;
- dos taxistas: defensores das práticas violentas da polícia;
- das entidades de defesa dos direitos humanos: denunciando casos de violência policial, reivindicando a punição dos policiais violentos e a eliminação dessas práticas;
- representantes do *movimento negro*: denunciando a discriminação racial presente nas práticas cotidianas da polícia;
- políticos eleitos: alguns, em geral ligados a segmentos da instituição policial, defensores tanto das práticas violentas da polícia, vistas como necessárias, como do seu caráter heróico, e outros, contrários, radical ou moderadamente, à sua violência.

Assim, a despeito do compromisso com o ideário liberal, mais evidente em *O Estado de S. Paulo* e mais sutil na *Folha de S. Paulo*, não são desprezíveis as nuances discursivas detectadas nos textos escritos e nas imagens veiculadas, destacando-se a violência como o elemento comum às diferentes representações encontradas sobre a polícia, seja para defendê-la, recorrendo a diferentes justificativas, seja para protestar contra ela e reivindicar sua eliminação.

Balizando o comportamento da *Folha* e do *Estadão*, parece estar o redimensionamento entre as esferas pública e privada que caracterizaram a história da grande imprensa a partir da segunda metade do século XIX, discutido por Habermas no livro *Mudança estrutural da esfera pública* (1984).

Evidencia-se, a partir desse referencial, a ilusão de acesso à esfera pública, sugerida aos leitores, intensificada quando tais jornais transfiguram-se em *instrumentos de utilidade pública*. Isso ocorreu, por

exemplo, quando eles encabeçaram campanhas de *interesse público*: reivindicações de aumento de policiamento em determinados bairros, ou pressão pela solução de *casos* merecedores de pouca atenção das autoridades responsáveis, o extermínio de jovens da periferia paulistana, ou ainda, pressão pelo cumprimento de leis em situações particulares, como no caso do impedimento, por parte da polícia, de que policiais envolvidos com seqüestro fossem fotografados pela imprensa.

Objetivando a comprovação da sua eficiência como *instrumentos de utilidade pública*, os jornais dedicaram espaço em suas páginas para a divulgação dos resultados alcançados graças a sua intervenção. Simultaneamente, forjaram um aparente deslocamento em relação aos grandes interesses econômicos aos quais estavam atrelados, cuja presença demarcou-se pelo enorme espaço ocupado, em suas páginas, pelos anunciantes.

Através desse recurso, lograram encobrir o conteúdo classista do conceito de segurança pública, ajudando a torná-lo hegemônico. Além disso, difundiu-se, ao longo deste processo, uma crescente acomodação política do público-leitor. Como as informações veiculadas pelos jornais são fragmentárias, atomizadas, e o espaço dedicado às análises sempre minoritário, além de parcial, caberia ao leitor a produção de "representações globais e unificadoras" (Baczco, 1985) sobre a polícia.

Desse modo, o alto número de crimes (com e sem mortes) registrados pelos dois jornais, que incluíam desde participação em grupos de extermínio, acusações de roubo, extorsão, abuso de autoridade, tortura, violências em ambiente doméstico e até seqüestro, não se restringindo a ações praticadas em supostos confrontos, apontavam para as conseqüências da garantia de impunidade dada por decretos baixados durante o Regime Militar. Mostravam que, pela mesma *brecha* por onde passaram execuções sumárias, sempre acobertadas pela própria instituição policial, quando não premiadas com promoções, também procuravam passagem esses *crimes menores*.

Mas a veiculação fragmentária e cotidiana dessas informações tanto podia permitir o estabelecimento dessas relações com a conseqüente percepção do papel pernicioso e duradouro da Ditadura Militar, quanto apenas familiarizar o leitor com essas práticas, tornando-as, se não aceitáveis, ao menos inevitáveis. Além disso, a ilusão de participação, simultaneamente criada, desestimulava a atuação transformadora, gerando leitores cuja atuação devia limitar-se ao consumo de informações, imagens e representações, tanto quanto de outras mercadorias. Restava ao leitor a ilusão da participação política garantida pelo acesso, mediado pelos meios de comunicação, às instâncias decisórias, ou seja, aos distantes e efetivos *locus* do poder na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

Baczco, B. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaldi*, Anthropos - Homem. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda , 1985. V.5.

Bretas, M.L. O crime na historiografia brasileira: Uma revisão na pesquisa recente. *BIB*, *32*:46-61, 1991.

Bretas, M.L. *A guerra das ruas:* povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

Bretas, M.L. *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 - 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

Cancelli, E. *O mundo da violência*: a polícia da era Vargas. Brasília: UnB, 1993.

Da Matta, R. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Fernandes, HR. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa Omega, 1973.

Fernandes, HR. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. *Tempo Social*, *1*(2):121-134, 1989.

Habermas, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Holloway, T.H. *Polícia no Rio de Janeiro:* repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Lacouture, J. A História Imediata. In: Le Goff, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 216-41.

Madeira, M.C. Representações sociais: pressupostos e implicações. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 72*(171):129-44, 1991.

Mingardi, G. *Tiras, gansos e trutas*. São Paulo: Scrita Editorial, 1992.

Munhoz, S. *Cidade ao avesso:* desordem e progresso em São Paulo, no limiar do século XX. São Paulo, 1997. (Doctoral Thesis in History) - Universidade de São Paulo.

Paixão, A.L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: Pinheiro, P.S. (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 13-44.

Peters, E. *História da tortura*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

Pinheiro, P.S. Violência do Estado e classes populares. *Dados*, n. 22, 1979.

Pinheiro, P.S. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: Da Matta, R. e outros. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 57-91.

Taschner, G. *Folhas ao vento*. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Received on July 16, 1999.
Accepted on March 27, 2000.